

entreviSta

LUCY SEKI



Realizada em 02 de novembro de 2016

Entrevistador: Andrew Nevins

Entrevistada: Lucy Seki

Perfil adaptado do Lattes:

Lucy Seki é uma das pioneiras da pesquisa de línguas indígenas no Brasil. Fez bacharelado em História pela UFMG. Obteve seu Mestrado em Filologia (especialidade Língua e Literatura Russa) e PhD em Filologia (especialidade Línguas Indígenas Americanas) pela Universidade Patrice Lumumba (Moscou).

Em 1968, Lucy retornou por um ano ao Brasil, período em que fez sua primeira visita aos Kamaiurá, apesar das dificuldades em obter autorização para pesquisa de campo durante a ditadura militar.

Ao término dos estudos na Universidade Patrice Lumumba (Moscou) em 1973, Lucy retornou definitivamente ao Brasil e deu início ao processo de busca de trabalho em diversas instituições, dentre elas, a Universidade Estadual de Campinas - Unicamp. Somente em 1977 ocorre a sua contratação pela Unicamp, que só foi possível, segundo avalia, devido à interferência direta do reitor Zeferino Vaz, que Lucy considera ter sido “uma figura extraordinária”. Outros docentes do Instituto de Estudos da Linguagem - Unicamp também colaboraram no processo, como os Professores Antônio Cândido, Carlos Franchi e Rodolfo Ilari. No Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp, Lucy atuou na área de Linguística Antropológica/ Línguas Indígenas até a sua aposentadoria em 2007.

Desde sua primeira viagem para o Xingu, em 1968, seguiu sua paixão pelas línguas indígenas, sendo responsável pela formação de não poucos linguistas dedicados ao seu estudo. Percorreu as áreas da descrição linguística, da sociolinguística, da comparação tipológica e histórica.

Se foi entre os Kamaiurá do Alto Xingu que Lucy passou grande parte de sua vida como pesquisadora, ela percorreu também outros territórios indígenas trabalhando em e com várias comunidades. Lucy tem assessorado projetos de educação voltados para populações nativas, como a “Formação de Professores Indígenas do Parque Xingu”, “Formação de Professores Indígenas de Rondônia” e “Formação de Professores Indígenas Kayapó, Panará e Tapayuna Goronã”. Lucy foi coordenadora do projeto integrado (CNPq) “História e Conhecimento Linguístico dos Povos Indígenas do Parque Xingu” e colaborou na criação da revista LIAMES Línguas Indígenas Americanas, a única no Brasil inteiramente dedicada a essas línguas.

A. Lucy, você é a autora de dois livros que podem ser considerados entre as melhores contribuições genuinamente brasileiras para o conhecimento de uma língua indígena, o Kamaiurá, língua tupi-guarani do Alto Xingu. O primeiro é *Gramática do Kamaiurá*, publicado em 2000, quase quinhentas páginas, uma gramática descritiva, ampla, cuidadosa, com uma generosa introdução e três anexos: textos interlinearizados, a lista de itens lexicais que constam nos exemplos e uma lista de clíticos e afixos. Chegar a este resultado deve ter sido um trabalho longo e exaustivo que você enfrentou e realizou. Fale um pouco da gênese dessa gramática.

L. Foram muitos imprevistos. Antes de ir pela primeira vez aos Kamaiurá, em 1968, eu nunca tinha visto um índio na minha vida. Conhecia “índio” pelo curso de história. Fui assim, um pouco pela minha cabeça, sem treinamento para trabalho de campo. Nos Kamaiurá, comecei usando um formulário para coleta de dados elaborado pelos linguistas do Museu Nacional (UFRJ), que ajudou um pouquinho, mas depois eu mesma fui fazendo uns questionários. Ainda bem que já naquela época eu gravei seis narrativas míticas.

A. Já em 1968?

L. Eu não entendia nada das narrativas, óbvio. Às vezes, os Kamaiurá pediam para narrar porque queriam também algum presente, mas foi a melhor coisa que aconteceu. São narrativas longas, uma

delas com pelo menos uma hora de duração. Naquela época eu não sabia que era para trabalhar a narrativa no momento ou logo depois da gravação, com o narrador. Era complicado por que eles não falavam português, e os que falavam, falavam muito pouco. Eu não tinha conhecimento suficiente da língua para aproveitar o texto e fazer elicitación. De qualquer forma, achei relevante documentar e gravei.

A. A primeira vez que você foi para o Xingu, não foi sozinha?

L. Não, eu fui como assistente da Dra. Carmen Junqueira, uma antropóloga da PUC de São Paulo¹. Fiquei um ano perdida aqui, fazendo uns bicos para me sustentar. Voltei para a então União Soviética e falei “Bom, tenho que fazer algo com esse material, não tem outro jeito”.

Na Universidade de Moscou encontrei o Aleksandr Evgenevich Kibrik e conheci suas expedições de coleta de dados. Lá, eles trabalhavam diferente, levavam para campo um grupo e dividiam por temas, faziam reuniões com um supervisor, uma metodologia que rendia muito. Kibrik me pôs em contato com um bom foneticista, Kodzasov, que repassou e discutiu todas as transcrições comigo.

A. Quer dizer, você começou transcrevendo as gravações?

L. Consegui fazer pouco, não fiquei satisfeita porque tinha muito pouco material. Trabalhei muito com G. A. Klímov, um linguista renomado do Instituto de Linguística, com aulas particulares e até com redação. Não tinha computador, não dominava tanto a língua russa. Bom, voltei para o Brasil e em 1978 eu estava na Unicamp. Em 1988 ou 1987 conheci umas professoras que trabalhavam no Xingu; quando souberam que tinha estado lá, pediram minha ajuda. Megaron, que era o diretor administrativo do Parque Indígena do Xingu, me convidou para participar de um projeto de educação. Conversei com ele e o convenci que antes de tudo precisava conhecer as línguas do Parque, ainda muito vigorosas, com exceção do Trumai. Megaron entendeu muito bem e, assim, foi criado um projeto de pesquisa linguística. Dada a dificuldade de encontrar colegas dispostos a estudar línguas indígenas, resolvi trabalhar com estudantes de pós-graduação. Megaron fez comigo uma avaliação das línguas que estavam em maior perigo. Eu continuei com o Kamaiurá, pegamos o Yawalapiti, o Aweti, o Juruna e o Trumai, uma língua isolada.

Fomos crescendo aos poucos, na medida em que apareciam estudantes interessados e atendendo às prioridades. Os recursos concedidos pela FAPESP² ajudaram muito nesses primeiros tempos. Raquel Guirardello foi para os Trumai, Mitzila Isabel Mujica foi para os Yawalapiti. Depois foi a vez de Ludoviko dos Santos, para os Suyá, de Cristina Fargetti, para os Juruna, de Luciana Dourado para os Panará. Fizeram suas dissertações e suas teses, e muitas dessas línguas ou não tinham nenhuma descrição ou não mais do que umas listas de palavras, como essas que vocês viram para o Krenak. Tentamos fazer algum tipo de levantamento sociolinguístico. Descobrimos que os Txikão eram na verdade Ikpeng, que os Kreenakarore eram na verdade Panará, que os Juruna eram na verdade Yudjá. Os Kayapo começaram: “Não, nós somos Mebengokre”. Os Suya eram na verdade Kisedje. Os índios

¹ Pontifícia Universidade Católica

² Fundação de Amparo a Pesquisa no Estado de São Paulo

estavam recuperando seus nomes. Acho que ninguém sabe que foi o nosso projeto que começou a fixar os novos etnônimos dos povos xinguanos, decididos pelos índios, e parar de usar as denominações dadas de fora, quase sempre pejorativas.

Continuei o trabalho de campo, apesar das dificuldades colocadas pela vida de professor, e os Kamaiurá vinham para minha casa. Comecei devagarzinho a tentar transcrever as narrativas e fui coletando várias outras. Percebi que se você não entrar na gramática da língua, é quase impossível transcrever. Cada narrador tem seu estilo de contar, o narrador verdadeiro, Há muitas elipses, supressões, que os ouvintes conseguem recuperar no contexto.

Algumas partes das narrativas me ajudaram muito na elaboração da gramática, e realmente é muito importante você trabalhar com os textos. Estudei gerativa e no pós-doutorado³, que eu fiz na Universidade do Texas, me dediquei à organização e análise dos dados de Kamaiurá. Meu *adviser* - Anthony Woodbury – e Joel Sherzer acompanharam o meu trabalho, vivia em boas bibliotecas. Foi lá que consegui formular as hipóteses pertinentes. Robert Dixon foi um conselheiro importante naquela fase.

A. O que acrescentaria ou mudaria se tivesse que republicar a *Gramática do Kamaiurá*?

L. Eu acrescentaria muito mais informações, adquiridas trabalhando com as narrativas e na continuidade da pesquisa. Dos verbos de postura eu tenho um conhecimento muito melhor agora. Os verbos de movimento precisariam de uma investigação mais profunda. Muitos reclamam que eu não fiquei citando e discutindo teorias, mas não era o meu objetivo, já que se trata de uma gramática descritiva mesmo.

A. Em 2010 o Museu do Índio publicou um volumoso livro intitulado *Jene ramÿjwena juru pytsaret*. O subtítulo seria uma bela tradução, fiel ao enunciado original: “O que habitava a boca de nossos ancestrais”. Trata-se de uma coletânea bilíngue de narrativas Kamaiurá, também quase 500 páginas. Foi também um trabalho longo e difícil?

L. Foi sim. Nessa coletânea eu incluí quase todas as narrativas que eu tinha registrado em 1968 a pedido dos próprios Kamaiurá, porque naquela época a língua não tinha influência de português, os narradores não falavam português. O livro ficou grande assim, porque na verdade eu tinha feito um projeto para três volumes. Procurei várias editoras, até que o Museu do Índio (FUNAI-RJ) aceitou publicar. Já que era tão difícil publicar, juntei dois volumes num só, por isso ficou tão grande e pesado. Fui trabalhando através do tempo. Cada vez que vinha um consultor Kamaiurá para Campinas e que não tinha um tópico da gramática a ser tratado, eu ia atrás de transcrever uma narrativa. Fiz muitas revisões e muita pesquisa de cunho antropológico, que alimentou os comentários e a introdução. Qual que é a concepção da morte, por exemplo. Eu queria alguma coisa que pudesse servir para falantes de português entenderem e queria também que servisse para os Kamaiurá, porque eles escreviam na língua e podiam checar a tradução. Adotei critérios como separar os diálogos com travessão e interferir minimamente no texto. Para facilitar a compreensão do leitor, explicava o contexto numa nota lateral.

3 Pós-doutorado

Trabalhei com geógrafo, ornitólogo e botânico, porque você não imagina o que tem naquela cultura. Fiz uma introdução em que eu explicito meu ponto de vista, falo sobre os gêneros de discurso nos Kamaiurá, li muito sobre mitologia, tradução e sobre outras línguas indígenas. Na narrativa dos mortos, que tem um pedaço na gramática, eu trabalhei muito bem esses detalhes todos (o papel das aves na cultura Kamaiurá).

A. Essa coletânea de narrativas Kamaiurá chama a atenção por um conjunto de qualidades, que muito raramente encontramos em publicações da mesma natureza: uma longa e minuciosa introdução de cerca de 80 páginas (prefácio, a apresentação dos narradores e auxiliares de transcrição e tradução com foto, um ensaio introdutório que brilha pela competência etnográfica e linguística). Uma segunda parte contendo oito narrativas míticas completas, bilíngues, com notas críticas e explicativas em cada página, a partir de versões autorizadas de grandes narradores Kamaiurá, que já são idosos.

L. São falecidos já.

A. Você definiria esta obra como um exemplo do que seria o trabalho em linguística antropológica (ou de antropologia linguística)?

L. Não sei. O que fiz foi o que achei melhor para colaborar com os Kamaiurá, e com a sua literatura oral, que é muito bonita. Foi um pouco da minha cabeça, mas claro que você acaba assimilando um pouco do que você lê por aí e vê, e nem sempre se dá conta de onde saiu essa ou outra ideia. Pergunte aos antropólogos, aos etnólogos.

A. O que você acha dos métodos e objetivos da atual “documentação linguística”, que começa com os registros audiovisuais de eventos de fala (como narrativas orais) e que acaba com a construção de acervos digitais depositados em alguma instituição pública?

L. Acho interessante. A situação de trabalho de documentação, de trabalho de campo hoje é completamente diferente. Antes você nem dispunha de computador, as primeiras narrativas eram transcritas manualmente ou com a máquina de escrever. Eu organizei os dados para levar no pós-doc, separando os morfemas. O que fiz no caderninho que está aí, poderia ter feito muito mais rapidamente no computador. A vantagem é que eu tenho memória mecânica, então ao escrever guardo e aprendo. Com o computador não sei se funciona assim, para mim não funcionaria. Quem era eu para ter uma máquina filmadora? Eu tinha um bom gravador, pesadão, com baixa automática reversa. O volume das narrativas ia conter um CD com as gravações.

Dizem que faz falta você filmar, por exemplo, o narrador, seus movimentos. Uma filmagem permite recuperar o contexto todo. Ele usa gestos, as expressões mudam, ele vivencia aquela narrativa, a voz é importante: tem hora que ela sai tremula, ou sussurrada, meio cochichada, de repente ele fala alto e é muito expressiva. Os ouvintes dão palpites e fazem perguntas. Os Kamaiurá muitas vezes narram no escuro. Não dava para ver os gestos mas a mudança de voz era muito importante.

A. Você é uma linguista de uma só língua?

L. Eu gosto de conhecer as línguas, sobretudo através do trabalho de orientação. Às vezes coletei dados junto com os alunos, fico analisando. Trabalhei nos Tupari na educação. Eu dava aula de linguística pra todos, mas em português. Adorei trabalhar com eles, vieram aqui em casa, coletei muitos dados. Vocês viram a cartilha Tupari?, Fui lá uma vez só e tive que interromper o trabalho.

Línguas Jê, foram várias: além do Suyá, Paraná, Parkatejê, Canela (Kraho), Tapayuna. O Mebengokre eu aprendi bastante trabalhando com eles na educação, e eles ficaram querendo que eu aprendesse. Então eu era capaz de corrigir os textos que eles escreviam na lousa, mesmo sem entender tudo e corrigia no papel também os textos. Quê mais? Nos cursos eu trabalhei muito com os Kayabi. Baseava-me no Kamaiurá para falar, mas já fui percebendo as diferenças. Entrei pouco no Juruna, uma língua tonal.

A. Você vivenciou, protagonizou e participou de processos de ortografização de línguas indígenas, sabidamente de tradição oral. Agora ortografização e alfabetização são fases ou faces de um mesmo empreendimento?

L. Bom, quase todos esses grupos foram do Xingu, do alto e do baixo, como costumam dizer, e de Rondônia. Todos já tinham alguma noção de escrita em português. Prestava muita atenção no que eles diziam e discutiam. Uns achavam que tinha que escrever na língua, outros não, e quando eu perguntava o porquê, eram razões as mais diversas. Percebi que a escrita era uma coisa muito alheia àquelas culturas, era difícil para eles entender para que precisa escrever. Acho conveniente dar uma noção do que é a escrita. Dava aula sobre história da escrita, explicando que é uma coisa que a gente inventa, que todos os povos podem falar e se comunicar, mas que nem todo povo tem escrita, ou inventou uma escrita e está usando. Mostrava os diferentes sistemas: chinês, árabe, escrita alfabética, etc. Falava que os alfabetos podem ser emprestados, falava da comunicação à distância. Depois disso, pedia para eles escreverem, por exemplo, as vogais da língua, na lousa. Os Mebengokre insistiram em começar com uma lista de palavras. Todos participavam. Dava aula de fonética articulatória, sem sobrecarregar com a terminologia, mas mostrava todos os sons. Dava exemplos conforme a língua que estava ali. Eles faziam perguntas muito pertinentes: “Você vai fazer que nem os outros fazem?”. O *Summer Institute of Linguistics* dava o alfabeto, o antropólogo usava sua própria escrita, para transcrever seus dados. Eu disse “Não, vocês são os que vão decidir (a escrita), eu só vou mostrar, eu não vou decidir nada”. O primeiro dia nos Kayapó foi pesado. Eu não fiz pesquisa, mas precisava fazer perguntas. Quando as coisas foram se acalmando, gostaram demais, viviam querendo me ensinar. Eu ensinei, por exemplo, o que é uma “hipótese”, porque eu mesma não sabia a língua e tinha vogais nasais intrinsecamente, mas tinha outras organizadas pelo contexto, e eu ainda não dominava as regras. Quando eu falava “Eu tenho uma hipótese”, eles já sabiam que não era certeza e tinha que verificar. Então, eu tentava colocar aquela palavra em outro contexto que não tivesse nasal e eles foram aprendendo a fazer isso também. Tive que usar a fonologia segmental, para responder a perguntas como: “Que som que é esse? Como é que escreve? Como é que não escreve”? Em cada

aula eu tinha que ficar atenta às mínimas reações. Perguntavam: “Para que eu vou escrever se o outro vai saber o que estou escrevendo? Se eu escrever assim, o branco não vai ler”. Isso era herança dos missionários que queriam uma escrita para eles mesmos, para ler o Novo Testamento, sei lá o quê, a Bíblia. Eu dizia: “Se escrever assim, o branco não vai saber ler”...mas vocês estão escrevendo pra quem, para vocês ou para o branco?” Ai ficou aquele silêncio. Eu falei: “Escuta, quando vocês vão aprender português, vocês não têm que quebrar a cabeça. O branco que quiser aprender a língua de vocês, é que tem que quebrar a cabeça. Tem que escrever do jeito que é bom pra vocês”. Foi praticamente a mesma experiência nos Tupari. É preciso levá-los a confiar na capacidade deles de aprender e entender as coisas e não fazer um alfabeto a ser empurrado goela abaixo. Escreviam o que queriam, às vezes um assunto que a gente tinha tratado. Para fazer um livro de alfabetização, partia-se de uma palavra chave ou de várias palavras, e cada um escolhia uma e escrevia, e a gente repassava aquilo e, posteriormente, dava para usar na elaboração do material. Esse método, eu usei em todos os lugares a que eu fui, veio meio que da minha cabeça. Nada fora do contexto e as palavras todas eram do contexto, eles que selecionavam.

Outra coisa é observar o método de ensino e aprendizagem dos índios, o jeito deles prestarem conta ao professor do que aprenderam. E isso eu vi, por exemplo, nos Suyá. Todos ficaram cercando meu marido, curiosos, por ele ser japonês. Hiroshi ficou explicando o que significava ‘Japão’, onde aqui é dia, lá é noite, como é a escrita. Hiroshi ensinou para um Mehinaku algumas umas coisas e ele foi embora. Passado um tempo, o encontrei e ele se perfilou e deu perfeitamente conta daquela lição. Dá para deduzir que não adianta você fazer uma avaliação por escrito, com os nossos métodos, já que eles tem os seus processos de ensino e aprendizagem. Se você conseguir incorporar esses conhecimentos, pode passar a aplicá-los em sala de aula.

A. Você acha que a escrita (alfabética) e a familiarização com a escrita (alfabética) tem impacto sobre as estruturas morfológicas, sintáticas da língua indígena oral e sobre a permanência dos gêneros de arte verbal oral, como a arte de narrar?

L. Não consegui chegar a verificar esse fenômeno, mas, sem dúvida, ele merece estudos atentos. O contato crescente com o modo de vida e a língua do não-indígena influencia a língua indígena de alguma forma. Ocorrem-me alguns exemplos de como é impossível transpor para o texto escrito características da execução oral. O falante cujo discurso é citado em uma narrativa não pode ser recuperado facilmente por quem está excluído da roda dos ouvintes nativos. Ao trabalhar essas narrativas, tive que insistir em perguntar: “Quem que está falando aqui?”. Os Kamaiurá usam o termo ‘cunhado’, em português, por causa da proibição de pronunciar o nome de parentes por afinidade. Mas quem é o cunhado? Ele tem tantos cunhados...Qual?

Teve uma narrativa, gravada em 1968, muito difícil de entender, acho que é aquela que fala do jogo de bola das onças, o jogo ancestral de bola dos Kamaiurá. São narrativas antigas, que, se contadas na língua de hoje, não seriam tão incompreensíveis. Houve mudanças no tempo.

A prática da escrita lida com impasses cuja solução, na escrita, pode ter, talvez, algum impacto sobre as estruturas da língua oral. Na escrita do Kamaiurá, ainda há muitas coisas para resolver, como, por exemplo, as não poucas partículas, algumas das quais cliticizam, outras não. Então, você oscila entre deixar ou não espaço entre elas e as palavras contíguas. Eu optei por deixar um espaço, mas observei que os jovens escrevem no *Facebook*, quase sempre juntando tudo. Essas partículas têm valores para indicar o sexo do falante, alguns aspectos, entre outras coisas. Precisaria aprofundar a análise fonológica.

A. Você mencionou o *Facebook*. O Kamaiurá é uma língua vital ainda, não é? Mas não é a mesma língua que você conheceu em 1968.

L. Bom, já faz algum tempo que eu não falo com um Kamaiurá, desde 2007, mas a minha hipótese é de que muita coisa mudou. É música, novela, vídeos em português. Canarana, cidade próxima do Parque do Xingu, está cheia de índios. O governo fez muito pra desaculturar, através da tal ‘ajuda social’, com cestas básicas, bolsa família. Aqueles narradores famosos, os meus narradores, morreram, até aquele que estava ensinando o jogo antigo de bola. Gostaria de ver e ouvir um jovem narrar e comparar com as execuções antigas, mas acho que isso vai ficar para outro fazer pesquisa.

A. Você acha que preservação e revitalização são operações equivalentes?

L. Não, acho que não. Revitalizar é você pegar uma língua que está bem enfraquecida e agir prá que ela se fortaleça. Preservar é manter, não deixar perder. O caso da língua Krenak seria de revitalização. Cada língua está num estágio, muitas estão precisando de revitalização urgente, enquanto tem falantes. Veja a situação dos Tupari. Antes do curso realizado no âmbito da educação escolar, fui aos Tupari para coletar alguns dados sobre a sua língua, de modo a melhor ajudá-los. Nas cidades de Ji-Paraná ou Cacoal (Rondônia) não havia informante. Um rapaz da FUNAI falou “Eu vou levar a senhora na casa do Brasil”. Ele era um representante dos Tupari que morava na cidade. Cheguei na casa do Brasil e disse «É que eu estou querendo aprender a sua língua...”, e Brasil respondeu “Você tem que falar com o Joel”. Joel era um missionário que estava lá. Não sabia nada da língua. Eu falei: “Não, eu quero aprender é com o dono da língua”. Brasil então me colocou em contato com o pai e a mãe, que estavam com ele na cidade. Eu pensei: “Bom, perguntar para pessoas idosas sobre coisas de gramática é muito complicado, então eu vou pegar o vocabulário (ou léxico) porque se os mais jovens esqueceram talvez eles se lembrem ainda”. Então, eu peguei o vocabulário e eles me contaram duas histórias. Já não lembravam mais muitas palavras. Estava tendo um curso de formação de monitores de saúde e lá fui eu. Encontrei dois Tupari e perguntei se podiam me ajudar. Assim, quando não tinha aula, eles iam para o meu hotel e comecei a pegar a gramática. Era uma barulhada, o rio, as motos, na beira do rio. Consegui umas gravações. Depois fui trabalhar com o Raul e o Isaias, vieram também na minha casa em Campinas. Eu fui por um programa de educação e tive que correr atrás de informantes. No fim deu certo. Em Rondônia, dava aula para todos os professores indígenas em formação, mas fiquei mais com os Tupari, quer dizer, as aulas de linguística, eu dava prá todos, mas trabalhar assim com a língua foi com os Tupari.

A. A escola e a escrita são recursos a favor da sobrevivência plena de uma língua indígena?

L. Para a auto-afirmação, acho que é. Os antropólogos poderiam responder melhor se fizessem pesquisas sobre esse assunto. Em muitos casos, quem fala que quer preservar a língua mostra atitudes que, na verdade, são contra isso. É importante analisar as atitudes, porque muitos (indígenas) assimilam o discurso do branco. Há quem briga com um parente porque ele casou com alguém de outra etnia que não fala a língua indígena. Se esta pessoa era boa falante, acaba falando só português com o cônjuge e ensinando aos filhos a falar português. É esta a situação em Rondônia, de casamentos que dificultam a transmissão da língua. Por outro lado, já vi Kayapó e Kamaiurá escrevendo umas pequenas frases em suas línguas no *Facebook*. Um dia, eu errei a palavra para avó e meu interlocutor pôs uma nota para mim, dizendo: “Na nossa língua a palavra para neto, mulher usa diferente”. Ele teve a delicadeza de não me corrigir no próprio *Facebook*, no próprio *post*. Acredito que sem ter um uso real, a escrita em língua indígena não vai funcionar muito não.

A. Então, como você definiria uma educação escolar nas escolas indígenas que seja a favor da sobrevivência plena das línguas indígenas?

L. É preciso ter material escrito em língua indígena. Nos cursos nos quais participei, tentamos fazer materiais de ciências, de geografia, de história. Realizamos oficinas em Brasília para trabalhar conceitos como átomo, micróbio, para eles pensarem como seria na língua deles. É um esforço que se limita às aulas ou na hora de estudar. Foram incentivados a fazer poesia e saíram coisas lindas, mas são usos ainda muito limitados. Agora, se olharmos a situação mais ampla, as coisas não estão melhorando. A política atual parece a da ditadura: assimilar. Não entendo a política desse governo, para povos indígenas, quilombolas, pequenos agricultores. O que eu vejo é agronegócio, os interesses dos empresários. Para mim, ser de esquerda tem a ver com o que estou falando, isso entendo como esquerda. Mas eu sou de outra época.